

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Caso de Goiás é exceção em setor que respeita regras, diz presidente da Enel	2
Título: Petrobras prepara venda de mais ações da BR	4
Título: Após EUA, europeus também ameaçam barrar aço do Brasil	13
Título: Sobretaxa surpreendeu burocratas americanos	15
Título: Destaques	17
Título: Echoenergia planeja investir R\$ 1 bi em usina eólica no RN	18
Título: Preço do gás nacional é obstáculo ao mercado.....	19
Título: Braskem Idesa vai quitar empréstimo com o BNDES	20
Título: Caso Eletropaulo motiva mudança em regra de OPA.....	22
Título: Samarco perde disputa de R\$ 1 bilhão no Carf	23
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	25
Título: Aeroporto de Brasília terá energia limpa para aviões	25
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	26
Título: Investimentos em GO deviam ser valorizados, afirma Enel	26
VEÍCULO: O Globo	28
Título: Petróleo salva a indústria de resultado negativo	28
Título: PIB e Pisa dão avisos ao país.....	30
Título: Avião elétrico brasileiro	31

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/12/2019****Seção: Empresas****Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo****Título: Caso de Goiás é exceção em setor que respeita regras, diz presidente da Enel**

As ameaças de extinção da concessão da Enel Goiás, encabeçadas por políticos locais e abraçadas pelo governador Ronaldo Caiado (DEM), estão em “contradição profunda” com o plano do governo federal de privatizações, segundo Nicola Cotugno, presidente da Enel para o Brasil.

Em conversa com o **Valor**, o executivo que nas últimas semanas tem passado mais tempo em Goiás do que na sede do grupo no Brasil, no Rio, avaliou que o imbróglio envolvendo a distribuidora de energia elétrica no Estado é um “ponto de descontinuidade” em um setor tradicionalmente visto como um dos mais previsíveis para investimentos, e não chega a afetar os planos da companhia italiana no país, que veio para o Brasil mirando o longo prazo. A concessão em Goiás, por exemplo, vai até 2045.

Mesmo assim, ele pondera que o episódio pode trazer abalos à “credibilidade” do mercado brasileiro justamente num momento em que o governo de Jair Bolsonaro se esforça para colocar de pé uma série de desestatizações.

A tensão em torno do caso em Goiás piorou nas últimas semanas, com políticos locais levando adiante um projeto de lei para romper o contrato com a Enel Goiás, sob a alegação de que há uma insatisfação generalizada dos consumidores no Estado. Nessa toada, Caiado subiu o tom do discurso contra a distribuidora e chegou a dizer que, se o projeto de lei for aprovado, ele o sancionaria na porta da sede da companhia. A iniciativa ganhou ainda o apoio do procurador-geral da República, Augusto Aras, que já declarou que o Ministério Público Federal irá encaminhar uma ação civil pública para a Justiça de Goiás contra a distribuidora.

Cotugno se disse surpreso com a escalada da ofensiva à Enel Goiás, mas preferiu não especular sobre motivações por trás das últimas ações. Ele reconhece que a distribuidora tem um longo caminho a percorrer até atingir níveis de excelência na prestação dos serviços - a Enel Goiás ainda aparece nas piores posições em rankings da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Mas o executivo defende que o poder público não pode cobrar melhorias irreais em um prazo tão curto de tempo. “Precisa dar tempo para o paciente se recuperar”, afirma o executivo, há 30 anos no grupo italiano com passagens pela Itália, Espanha, Eslováquia, Chile e há um ano no Brasil.

O grupo italiano adquiriu a distribuidora goiana - antiga Celg - em processo de privatização em 2016. Desde fevereiro de 2017, quando assumiu as operações, até setembro deste ano, a Enel diz ter investido em torno de R\$ 2 bilhões na empresa - cerca de 3,5 vezes mais do que os níveis históricos de aportes antes da privatização. De acordo com a Enel, esses investimentos já se reverteram em melhora de indicadores de desempenho, como na quantidade e na duração das interrupções no fornecimento de energia por cliente.

Nesse período, foram contratadas 1,8 mil pessoas, somando hoje 10 mil funcionários. Para atender a necessidade de profissionais qualificados, a empresa fez um acordo com o Senai e investiu na formação de eletricitistas. “Tivemos também de qualificar fornecedores que atendessem nossa exigência de qualidade.”

Com o objetivo de acelerar a melhora dos serviços no Estado e se aproximar do governo estadual, em agosto a distribuidora firmou com o governo de Goiás, o Ministério de Minas e Energia e a Aneel um plano para antecipar ações e investimentos. A iniciativa partiu da própria Enel, diz Cotugno, por entender que o Estado precisa resolver o problema no sistema elétrico para poder “virar a página”.

O acordo firmado em agosto prevê soluções para os problemas de demanda reprimida e novas conexões até 2022, além da entrada em operação de 17 grandes subestações e ampliação e modernização de outras 130. A Enel Goiás também se comprometeu a adicionar 1500 megavolt ampere (MVA) de capacidade instalada no Estado, aumento de 26% em relação à capacidade atual. Esse volume seria suficiente, por exemplo, para abastecer Goiânia, Anápolis, Rio Verde e outros 28 municípios. Desde que o novo plano foi pactuado, a companhia diz estar cumprindo “rigorosamente” o cronograma.

Além disso, a Enel Goiás afirmou que tem reforçado ações de contingência. A empresa informou ter aumentado o número de equipes para atender pedidos de reparo e reforçado a atuação em campo com 730 eletricitistas, vindos de distribuidoras da companhia e de empresas parceiras. O grupo tem distribuidoras de energia em São Paulo, Rio e Ceará. Também foi ampliado o número de postos de atendimento e de bases operacionais, e passaram a ser utilizados helicópteros para acelerar o atendimento em áreas rurais remotas no Estado.

Diante dos esforços empreendidos em Goiás, Cotugno se mostrou confiante de que não há bases técnicas ou jurídicas para que a concessão seja interrompida. Ele lembra que a Aneel - a única que poderia recomendar a caducidade da concessão ao MME - já poderia ter instaurado um procedimento administrativo

contra a empresa por eventuais descumprimentos caso houvesse sustentação para isso.

A companhia ainda aguarda um posicionamento do governo federal, que tem feito reuniões para discutir o caso. Em declarações recentes, **o chefe do MME, Bento Albulquerque**, avaliou que seria “inviável” anular a concessão da Enel através do projeto de lei. Já o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, declarou que retirar a concessão seria uma “medida extrema”, e lembrou que uma série de etapas precisariam ser cumpridas para que isso efetivamente se concretizasse.

Apesar das turbulências, o presidente da Enel no Brasil insiste que o imbróglio em Goiás é algo “pontual” e que, por atuar em vários países do mundo, o grupo italiano está acostumado a lidar com alguns percalços no decorrer de suas concessões. O executivo se diz “animado”, por exemplo, com as operações em São Paulo, onde a companhia começou a atuar no ano passado após ter comprado o controle da Eletropaulo da americana AES.

Desde que os ânimos sobre o caso de Goiás se acirraram, a matriz italiana já declarou que pretende manter os investimentos no Brasil. Na semana passada, o presidente mundial da Enel, Francesco Starace, disse não ver caminho legal para a suspensão da concessão. Na apresentação do plano global de investimentos para o período 2020-2022, o Brasil aparece com previsão de aportes de € 5,1 bilhões (quase R\$ 24 bilhões). A cifra equivale a mais da metade dos recursos que a empresa destinará para a América Latina (€ 9,3 bilhões) no mesmo período. Em nível global, a meta é investir € 28,7 bilhões nos próximos três anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes — De Nova York

Título: Petrobras prepara venda de mais ações da BR

A Petrobras está decidida a vender a fatia remanescente que ainda detém na BR Distribuidora, privatizada em julho. “Vamos começar a trabalhar desde já [na oferta subsequente da BR] e fazer no momento mais adequado”, disse ontem, em entrevista ao **Valor**, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco. Perguntado se há espaço para a operação sair no ano que vem, ele foi taxativo: “Haverá, sem dúvida. Faremos.”

Em julho, a Petrobras levantou R\$ 9,6 bilhões com a venda de ações da BR Distribuidora na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Com a operação, a Petrobras reduziu sua participação na companhia de 71,25% para 37,5%.

A operação se insere em uma iniciativa mais ampla da Petrobras, que espera levantar entre US\$ 20 bilhões e US\$ 30 bilhões com venda de ativos nos próximos quatro anos. O desinvestimento faz parte, por sua vez, do plano estratégico da companhia para o período 2020-2024. Batizado de “Mind the Gap”, o plano será detalhado pela primeira vez hoje por Castello Branco e diretores da companhia em encontro com investidores, na Bolsa de Nova York (NYSE).

Ontem, o executivo fez um balanço de seu quase um ano de gestão. Disse que enfrentou e venceu três batalhas: os preços dos combustíveis, os desinvestimentos e o acordo coletivo de trabalho dos empregados da Petrobras.

Nos preços, disse, prevaleceu a “liberdade” de fazer ajustes para cima ou para baixo, de acordo com as condições de mercado. Nos desinvestimentos, foi garantida a segurança jurídica para a venda de subsidiárias, como a transportadora de gás TAG. “Só este ano, vendemos US\$ 16,4 bilhões, o que inclui TAG, BR Distribuidora e campos de petróleo.” No acordo coletivo, houve, segundo ele, um “empoderamento” dos empregados da Petrobras que eram contra as greves propostas pelo sindicato.

Nesta entrevista, Castello Branco defende o benefício de abrir o segmento de refino, hoje sob o monopólio da Petrobras. Revela que a estatal vai receber nos próximos dias ofertas vinculantes para o primeiro lote de quatro refinarias postas à venda e acrescenta que a estatal também receberá oferta não vinculante para a unidade de Gabriel Passos (Regap), em Minas Gerais, ainda este ano. “Nos próximos dias.”

O presidente da Petrobras também defende a atuação da empresa nos recentes leilões da ANP, nos quais desembolsou US\$ 17 bilhões. Ao comentar o resultado do PIB divulgado ontem, afirmou: “A economia está começando um ciclo de recuperação sustentável.” Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: *Qual o balanço o sr. faz de quase um ano de gestão?*

Roberto Castello Branco: O balanço é positivo, até melhor do que esperava. Estou feliz. Eu tinha em mente o enfrentamento de três grandes batalhas no primeiro ano e, felizmente, as enfrentamos e vencemos.

Valor: *Quais eram?*

Castello Branco: Preços de combustíveis, desinvestimentos e acordo coletivo de trabalho.

Valor: *Pode falar mais sobre essas batalhas?*

Castello Branco: No preço de combustíveis foi criada uma tensão em 2018 com a subida dos preços do petróleo, dos combustíveis, e a metodologia usada pela Petrobras de reajustes diários. Houve a greve dos caminhoneiros que provocou um choque na economia. E o problema principal não foi resolvido. Tem mais caminhão do que carga. Não há preço de combustível que vá satisfazer. Mas a Petrobras e a economia não podem viver com subsídios nos preços dos combustíveis. Então mudamos a política. Em lugar de fazer reajustes diários, fazemos reajustes mais espaçados, lançamos a ideia do cartão do caminhoneiro e eu sabia que, mais dia ou menos dia, ia estourar essa questão dos preços dos combustíveis. De fato, houve uma situação em abril. O presidente Bolsonaro me chamou. Havia ameaça de greve e, diante das perdas que a greve do ano anterior tinham causado, achei prudente suspender o aumento e conversar com ele [Bolsonaro]. Expliquei qual era a metodologia que usávamos, os benefícios disso e então ele deu sinal verde para continuar com a política de reajuste de combustíveis.

Nas refinarias, investiremos US\$ 6 bilhões em quatro anos. São investimentos em manutenção e não de expansão"

Valor: *Há referência à política de preços e à taxa de câmbio no novo plano de negócios da Petrobras?*

Castello Branco: Não colocamos referências porque previsão de taxa de câmbio é extremamente difícil. Ela faz o que nós economistas chamamos de 'caminhada aleatória'. Se o dólar hoje estiver a R\$ 4,20, isso não traz informação de quanto vai ser o câmbio amanhã, daqui a uma semana ou um mês. Então a gente usa simplesmente como base o câmbio atual. Mas estamos preparados para seguir a política qualquer que seja [o cenário]. Não acreditamos em nenhuma disparada do dólar até porque o Brasil conta com quase US\$ 400 bilhões de reservas. Na hora em que o Banco Central achar que é razoável pode despejar dezenas ou até centenas de bilhões de dólares no mercado.

Valor: *A segunda batalha foi a da venda de ativos...*

Castello Branco: Havia ações judiciais que dificultavam a venda até que o ministro Fachin [Edson Fachin, do STF] concedeu liminar que bloqueava a venda da TAG [transportadora de gás]. Mas isso foi resolvido, o assunto foi julgado no plenário do Supremo, o que liberou a venda da TAG [para a Engie] e de todas as subsidiárias [da Petrobras], o que foi muito bom porque eliminou uma incerteza.

Valor: *No plano, a Petrobras define meta de venda de US\$ 20 bilhões a US\$ 30 bilhões até 2024. O valor é parecido com o plano anterior...*

Castello Branco: Não, é maior. O plano anterior falava em US\$ 27 bilhões. Desses US\$ 27 bilhões, só este ano vendemos US\$ 16,4 bilhões, o que inclui TAG, BR Distribuidora, campos de petróleo.

Valor: *O desinvestimento previsto no novo plano pode incluir a venda da fatia remanescente na BR?*

Castello Branco: Na BR, vamos fazer um outro follow on.

Valor: *Tem prazo?*

Castello Branco: Não, vamos começar a trabalhar desde já e fazer no momento mais adequado.

Valor: *Pode ser em 2020?*

Castello Branco: Sem dúvida. Faremos.

Valor: *Em refino, a meta é vender oito refinarias e estabilizar a capacidade em 1,1 milhão de barris por dia ao longo de 2020-2024, é isso?*

Castello Branco: Um dos benefícios da venda do refino é a minimização de riscos porque, sendo monopolista nesse mercado, a Petrobras tem 98% da capacidade de refino do Brasil. A existência de competição diminui o risco de intervenção [nos combustíveis]. A carne, por exemplo, é uma commodity global, assim como o diesel. Um produto básico. Se o preço da carne subiu, ninguém propõe tabelar a carne.

Valor: *Quatro refinarias estão na fase de ofertas vinculantes, certo?*

Castello Branco: Vamos receber as ofertas vinculantes provavelmente no início de março. Recebemos [até agora] as ofertas não vinculantes. Vamos receber as vinculantes para as primeiras quatro [no RS, PR, BA e PE]. A Regap [em MG] está

vindo aí e as outras três [AM, PR e CE] um pouco mais à frente. Na Regap vamos receber oferta não vinculante nos próximos dias, ainda este ano.

Valor: *E o Comperj?*

Castello Branco: Temos dois planos. Anunciamos parceria com a Equinor para construção de plantas termelétricas na área do Comperj. Outro plano é a utilização de equipamentos do Comperj para produzir lubrificantes de última geração pela Reduc [RJ]. No lugar de instalar novos equipamentos na Reduc, a ideia é ter um duto da Reduc até o Comperj. É um projeto só da Petrobras e não tem investimento estimado ainda, é uma ideia. A Reduc, com a venda das demais refinarias, vai passar por uma modernização. Nas refinarias, vamos investir US\$ 6 bilhões em quatro anos.

Valor: *A Petrobras deu uma visão geral do investimento, que tem foco no óleo e gás. E o resto das áreas?*

Castello Branco: Terá US\$ 6 bilhões em refino. Haverá investimentos no centro corporativo, estamos passando por reconstrução da infraestrutura de tecnologia da informação, investimentos em gás. São investimentos em manutenção e não de expansão de capacidade.

Valor: *O plano deixa claro o foco na exploração e produção...*

Castello Branco: O foco é o E&P. Houve gente que disse que a Petrobras reduziu investimento, mas esqueceu que poucos dias atrás nós investimos, nos três leilões que o governo fez, US\$ 17 bilhões. Compramos o maior ativo offshore do mundo, que é Búzios.

Valor: *Analistas consideraram que a meta de produção para 2020 ficou abaixo do esperado...*

Castello Branco: Não entendi por que a surpresa. Tínhamos conversado com eles, mostrando que a Petrobras teve um salto na produção este ano, mas dissemos que, no ano que vem, não deveriam contar com crescimento, o crescimento vai ser pequeno.

Valor: *Equivalente ao deste ano?*

Castello Branco: Menor porque há um declínio natural de campos, tem alguns ajustes que precisamos fazer nas plataformas, então o crescimento vai ser mais lento. A produção de óleo e gás da Petrobras entre 2010 e 2018 cresceu 2% [ao ano] no total.

Valor: *E a energia renovável? O plano tem foco só em pesquisa. Não seria possível investir em renováveis no horizonte do plano?*

Castello Branco: Não queremos nos arriscar a entrar em um negócio que é muito diferente de produzir petróleo. Não é uma questão financeira, mas de retorno sobre o capital investido. Só queremos entrar [na produção] se tivermos certeza que temos a competência necessária para ganhar nesse negócio.

Valor: *E a redução de emissões de gases poluentes?*

Castello Branco: Aí é importante. Temos um programa de descarbonização da produção de petróleo. Nosso petróleo permite isso [reduzir emissões]. Não faria sentido a gente sair fazendo planta eólica, solar, sem saber direito como manejar esse negócio e sem cuidar do básico. Vamos primeiro arrumar a casa. Outros, por questões de marketing ou de pressão, especialmente dos ambientalistas, saem fazendo isso [investindo em renováveis]. Está tudo errado a nosso ver.

Valor: *A Petrobras poderá afretar plataformas para Búzios?*

Castello Branco: Depende do mercado, o que for mais favorável, a gente fará.

Valor: *A Petrobras prevê a instalação de 13 sistemas de produção para águas profundas e ultraprofundas, é isso?*

Castello Branco: Como é sistema de partilha, que eu acho, sinceramente, inadequado, a PPSA [estatal do pré-sal] é que tem que aprovar esse plano de produção. Estamos trabalhando no mercado para agilizar o projeto rapidamente.

Valor: *A Petrobras vai gastar menos para desenvolver Búzios?*

Castello Branco: Nosso objetivo é esse.

Valor: *Vai depender do quê?*

Castello Branco: Do mercado, da nossa eficiência. Começamos alguns projetos de inteligência artificial importantes para Búzios. Um aspecto relevante é a redução do tempo requerido para iniciar a produção. É um projeto muito importante porque hoje entre começar a exploração de um campo e produzir o primeiro óleo leva no mínimo cinco anos. Nossa meta é fazer isso em três anos, mil dias. Tem outros projetos que leva até sete anos. Outra coisa boa de Búzios é que a fase exploratória já aconteceu. Não precisamos ficar furando poço

exploratório. Isso acelera muito o projeto. Nós produzimos 600 mil barris/dia [em Búzios]. Temos quatro [plataformas em Búzios] e, em 2022, vai chegar mais uma plataforma.

Valor: *O que Búzios representa para a Petrobras?*

Castello Branco: É nosso maior e melhor ativo, tem custo baixo, grandes reservas, é resistente a cenário de preço de petróleo de US\$ 40 por barril e é consistente com nossa estratégia. Dissemos que vamos investir em ativos em que somos dono natural. Somos o dono natural de Búzios porque somos a companhia que conseguirá extrair o maior retorno possível de Búzios. Outra coisa importante é que o Brasil passou anos sem ter leilões de blocos exploratórios. Além disso, a crise financeira fez a Petrobras reduzir dramaticamente o investimento em exploração. Significa que nosso horizonte de longo prazo estava comprometido como companhia de petróleo.

Valor: *Por quê?*

Castello Branco: Porque não tinha reserva lá na frente. Agora temos futuro melhor. Para uma companhia de mineração e petróleo, reserva é o sangue que corre nas veias.

Valor: *O que espera da parceria com os chineses em Búzios? A importância deles é o aporte de capital?*

Castello Branco: Vamos ver como ela se desenrola. Já são parceiros em outros projetos, são tímidos por enquanto [no Brasil]. Nós ganhamos outro bloco exploratório muito bom, Aram, em que os chineses entraram com 20%. Até agora temos nos entendido muito bem.

Valor: *Por que a Petrobras não fez ofertas por outros blocos nos leilões de novembro?*

Castello Branco: O arcabouço regulatório do petróleo tem que ser reexaminado. Uma das imperfeições é que a empresa [Petrobras] é obrigada a manifestar com grande antecedência seu interesse por campos de petróleo. Manifestamos interesse por outros campos e, na hora “H”, decidimos não entrar porque o mundo é dinâmico. Reavaliamos: ‘Será que esses campos são os melhores para a gente? Será que vale a pena o esforço financeiro?’ Fomos quase até o limite de nosso cartão de crédito [risos]. Vale a pena entrar no cheque especial? Não. Nesses leilões, é possível ver uma característica nova da Petrobras, que é a disciplina de capital. Foram ofertados 45 blocos em três

leilões. Fizemos proposta por cinco e levamos quatro, absolutamente disciplinados.

Valor: *O leilão frustrou o governo e foi bom negócio para a Petrobras.*

Castello Branco: Para a Petrobras, foi muito bom negócio.

Valor: *A Petrobras pode vender uma parcela de Búzios?*

Castello Branco: Não há menor intenção de vender. Petrobras não é um trader de blocos de petróleo, mas um produtor de petróleo.

Valor: *Mas, na indústria, compra e venda de campos são comuns.*

Castello Branco: É verdade, já fizemos várias. Mas nesse [Búzios] não temos a menor intenção.

Valor: *E nos outros?*

Castello Branco: Por enquanto não porque são blocos que a gente quer.

Somos a companhia que conseguirá extrair o maior retorno de Búzios. Não há intenção de vender parcela do campo"

Valor: *O plano 2020-2024 indica uma remuneração maior ao acionista. Pode explicar como será?*

Castello Branco: A Petrobras não tinha uma política de dividendos, a não ser seguir a lei. Como no Brasil existe essa coisa esdrúxula que é uma lei que obriga as empresas a pagar dividendos e ter um dividendo mínimo, fixamos uma política. Quando a companhia tiver US\$ 60 bilhões de dívida bruta, poderemos pagar um pouco mais [de dividendo] de acordo com uma fórmula.

Valor: *Qual é a fórmula?*

Castello Branco: É 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e o investimento. Quando chegar esse momento pagaremos.

Valor: *E até lá?*

Castello Branco: Segue a lei das S.A., distribuição mínima de 25% do lucro líquido. A política da Petrobras dá um horizonte ao investidor, é transparente. Nós queremos ser transparentes.

Valor: *A redução da dívida será possível via geração de caixa e venda de ativos?*

Castello Branco: Sobre tudo da venda de ativos. A geração de caixa dependerá do desenvolvimento das reservas, da redução de custos. Outro componente que começa a ocorrer é a redução do custo da dívida. Conseguimos colocar bond de 10 anos com retorno de 5% para o investidor. Estamos trocando dívida cara por dívida mais barata.

Valor: *Voltando ao seu primeiro ano de gestão, qual é a terceira batalha?*

Castello Branco: Prevaleceu a vontade dos empregados da Petrobras, que era não fazer greve. Por duas vezes o sindicato tentou fazer greve e por duas vezes foi derrotado. Foi uma vitória dos empregados. O objetivo político de fazer greve foi frustrado. Isso faz parte de um contexto de empoderamento das pessoas [dos funcionários da Petrobras].

Valor: *Como o sr. avaliou o resultado do PIB?*

Castello Branco: A economia está retomando. Tem vários sinais disso: vendas reagem na ponta, a criação de emprego está acontecendo, a expansão do crédito no setor privado está sendo forte, os financiamentos imobiliários também, há taxas de juros mais baixas, mais crédito. O mercado de capitais tem ido bem, suportado não só por emissões de ações, mas de dívida. A economia está começando um ciclo de recuperação sustentável.

Valor: *O Brasil vai crescer mais de um 1% este ano?*

Castello Branco: Pelo menos 1% dá para crescer.

Valor: *E para 2020 quais as perspectivas?*

Castello Branco: São boas. Acredito que essa recuperação, ao contrário de outras, é sustentável. A relação dívida pública/PIB, que se esperava que acabasse o ano em 80%, vai ser mais baixa. O déficit nominal do governo vai ser menor. E o déficit primário, bem menor que o previsto. Está havendo um 'crowding in' [expansão do setor privado], o setor privado está crescendo. O Ministério da Economia fez cálculos que mostram que o setor privado está crescendo mais de 2% ao ano enquanto o setor público está retraindo 1%. Quem está puxando para baixo o crescimento é o setor público. Os bancos públicos, por exemplo, estão se retraindo e os privados, se expandindo porque tem mais competição.

Valor: *Hoje [ontem] surgiu informação que o governo quer privatizar o Banco do Brasil...*

Castello Branco: Acho difícil porque o presidente [Jair] Bolsonaro não quer. Ele selecionou algumas estatais que não quer privatizar. São três: Banco do Brasil, Caixa e Petrobras.

Valor: *A dificuldade é a resistência do meio político?*

Castello Branco: É.

Valor: *Porque a área econômica tem desejo de privatizar...*

Castello Branco: Tem, mas precisa combinar, depende do Congresso Nacional. Acho que o governo não teria sucesso em um projeto desse tipo porque envolve muitos interesses regionais, locais. **(Colaborou Rodrigo Polito, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/12/2019

Seção: Especial

Autor: Assis Moreira — De Genebra

Título: Após EUA, europeus também ameaçam barrar aço do Brasil

O anúncio do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de retomada de sobretaxas contra o aço e alumínio do Brasil e da Argentina agora reforça a demanda da indústria siderúrgica europeia para a Europa também aumentar barreiras à entrada do produto brasileiro.

A Eurofer, associação dos produtores siderúrgicos da Europa, diz temer que o aço que o Brasil e a Argentina não puderem mais exportar para o mercado dos Estados Unidos acabe desviado para a Europa, fragilizando ainda mais a já combatida indústria do velho continente.

“O Brasil é o nono maior exportador de aço para a UE e tem sido um duradouro parceiro comercial da UE para o metal”, afirmou Charles Lusignan, porta-voz da Eurofer. “Como os EUA e a UE compartilham muitos dos mesmos exportadores de aço, incluindo o Brasil, haverá uma preocupação em mais desvio de aço para o mercado europeu.”

A Eurofer pediu para a UE reforçar a salvaguarda contra o aço estrangeiro, o que passa por uma proteção “mais robusta” e pela “redução das cotas de importação em linha com a menor demanda atual e projetada na economia europeia”, demanda que deverá afetar as vendas brasileiras caso seja acatada.

O porta-voz diz que a demanda foi feita antes de Trump anunciar a sobretaxa contra o Brasil e a Argentina. Mas ninguém ignora que o movimento do

presidente americano dá fôlego, por sua vez, para a Europa agir na mesma direção.

A Comissão Europeia, o braço executivo da UE, disse que não comentava desenvolvimento de políticas. Mas lembrou que o regulamento de salvaguardas prevê revisões regulares. E destacou que “os primeiros resultados dessa revisão agora são efetivos, iremos monitorar de perto a situação nos mercados e permaneceremos atentos aos sinais das partes interessadas para realizar revisões futuras sempre que elas forem necessárias”.

A União Europeia aplicou salvaguarda contra o aço estrangeiro em agosto de 2018, em seguida à decisão da Casa Branca de impor sobretaxa de 25% sobre a maior parte do produto importado pelos EUA. Em agosto deste ano, Bruxelas fez um primeiro ajuste na sua proteção, diminuindo de 5% para 3% o aumento anual das cotas de importação de aço, que vigoram até junho de 2021. O volume que passar das cotas sofre taxa de 25%.

Com a mudança de agosto, a UE retirou os aços inoxidáveis exportados pelo Brasil da lista de produtos com volumes limitados para entrar no mercado europeu. Permaneceram cotas para produtos como perfis de aço e laminados a frio. A União Europeia já tinha excluído desde o início o aço semiacabado do Brasil de limites de entrada em seu mercado, o que se explica por sua importância para a indústria europeia.

O ajuste de agosto não foi, portanto, especialmente negativo para o Brasil, até porque o país ainda poderia vender mais aço inoxidável, de maior valor agregado. Para os produtores brasileiros, qualquer chance de poder exportar mais é um alívio. Em agosto, o setor siderúrgico nacional estava operando a apenas 67% de sua capacidade instalada, quando precisa operar 80% para ter resultados.

Agora, a Eurofer insiste para Bruxelas realinhar a salvaguarda, alegando que mesmo com as restrições as importações cresceram 12% no ano passado. Defende que a proteção deve refletir o fato de que as cotas de importação foram estabelecidas “bem acima” dos níveis tradicionais de importação pelo velho continente e levar em conta que, desde então, as condições se deterioraram consideravelmente.

Argumenta que, de um lado, as companhias europeias tiveram que anunciar cortes de produção de pelo menos 15 milhões de toneladas de aço neste ano (dos 160 milhões produzidos anualmente, na média), colocando em risco 15 mil empregos, adicionais ao declínio de 20% na mão de obra do setor desde 2008.

De outro lado, as condições do mercado internacional de aço também se tornaram mais negativas, com aumento de distorções nos fluxos comerciais e menor demanda global para o produto, causando uma depressão nos preços internacionais e corrida de exportadores para abastecer mercados ainda abertos.

Pelos cálculos dos produtores europeus, o excesso de capacidade global no setor siderúrgico ainda é de 450 milhões de toneladas ou mais, sendo dois terços concentrados na China. Para a Europa, o excesso de capacidade é a principal razão para a fraqueza do mercado global de aço e para o crescente número de perdas de emprego na indústria da Europa. E isso torna mais importante do que nunca que o Fórum Global sobre Excesso de Capacidade, criado pelo G-20, realmente leve os países a cortar capacidade de produção em torno do mundo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/12/2019

Seção: Especial

Autor: Fabio Murakawa e Fabio Graner — De Brasília

Título: Sobretaxa surpreendeu burocratas americanos

A informação de que os Estados Unidos voltarão ao sobretaxar o aço do Brasil e da Argentina não surpreendeu apenas o governo brasileiro. A burocracia americana também não foi avisada de antemão sobre o conteúdo do tuíte do presidente Donald Trump, que na segunda-feira afirmou que os dois países seriam retaliados por desvalorizar artificialmente suas moedas.

Em conversas preliminares com interlocutores americanos, representantes do governo brasileiro ouviram deles na tarde de ontem que ainda “aguardavam instruções”. Uma fonte afirmou ter ouvido de um representante do governo americano que “foi todo mundo pego no susto” pelo anúncio de Trump.

Trump justificou o retorno da taxaço alegando que Brasil e Argentina estão desvalorizando artificialmente suas moedas, o que prejudica o agronegócio americano. Ainda sem entender o que Trump pretende ao certo, o governo brasileiro tampouco não sabe exatamente como proceder em relação ao caso.

No Ministério da Economia, as conversas com os americanos estão a cargo do secretário de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Marcos Troyjo.

“Hoje [ontem] à tarde, mantivemos contato com a equipe do Troyjo, em que foi iluminado que as conversações estão avançando. Mas detalhes específicos sobre elas nós não possuímos”, disse o porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo

Barros. “A negociação prossegue, estamos entendendo bem o que ocorreu por parte do governo americano, a fim de que haja um posicionamento da nossa parte apresentando as nossas ideias, as nossas colocações.”

Do lado do Ministério das Relações Exteriores, as conversas com autoridades da área política e econômica nos EUA estão a cargo da embaixada brasileira em Washington. Até a noite de ontem, não havia nenhuma medida concreta efetivamente adotada pelo governo americano.

“A nossa sensação lá é que eles foram tomados de surpresa”, disse uma fonte, corroborando o que outros funcionários em Brasília já haviam escutado dos americanos.

Além de burocratas em Brasília e Washington, o setor privado também foi surpreendido pelo anúncio de Trump.

Chefe de Troyjo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, havia se reunido coincidentemente com representantes do setor de aço na última sexta-feira.

Um dos pleitos levados pelos empresários era exatamente uma maior abertura do mercado americano para o produto brasileiro, totalmente na contramão do que foi anunciado via Twitter.

A decisão do americano não só surpreendeu como desagradou a área econômica brasileira, que sentiu a medida como uma “canelada” do americano.

Apesar disso, conforme o **Valor** apurou, o governo acredita que Trump pode voltar atrás a partir da percepção de que a medida pode prejudicar o setor industrial dos Estados Unidos, que veria o aço brasileiro como de melhor qualidade, e a comprovação de que o Brasil não está forçando desvalorização de sua moeda. Ao contrário, tem tentado conter seu movimento com as intervenções do BC.

Entretanto, caso se confirme a impressão do presidente Jair Bolsonaro de que a medida tem um fundo eleitoreiro, esses argumentos podem não ser suficientes para convencer Trump a voltar atrás. O presidente americano concorre à reeleição em 2020 e, ao justificar a retomada da sobretaxa do aço, alegou que a desvalorização das moedas sul-americanas prejudica o agronegócio do seu país.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 04/12/2019**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques**CSN eleva preço em 10%**

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) vai reajustar em 10% os preços do aço a partir de 1º de janeiro, informou ao **Valor** o diretor executivo comercial e de logística, Luiz Fernando Martinez. A decisão se deve ao impacto do câmbio nos custos e ao prêmio negativo, de 4% a 6%, entre material importado e o nacional. O aumento vai abranger todos os tipos de aço da siderúrgica no país - planos e longo. A nova tabela vai atingir os consumidores da distribuição, construção civil, fabricantes de tubos e indústria em geral.

Montadoras vão ter até 7%

Com as montadoras de automóveis, as negociações estão na fase final, segundo o diretor-executivo da CSN. Martinez informou que o reajuste em discussão é de 5% a 7,5%. Tradicionalmente, com o setor automotivo, os aumentos são anuais, vigorando sempre no início de janeiro. Em 2019, o reajuste aplicado ficou entre 22% e 25%. O diretor afirmou que a intenção de Donald Trump, presidente dos EUA, de impor tarifas ao aço brasileiro vai ter impacto irrelevante para a CSN. "Exportamos para lá apenas 4% do total de nossas vendas - cerca de 200 mil toneladas por ano", afirmou.

PDO da BR Distribuidora

A juíza Gabriela Canellas Cavalcanti, da 67ª Vara do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1), marcou para sexta-feira, às 14h30, nova audiência de conciliação entre a BR Distribuidora e o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro (Sitramico-RJ) sobre o programa de demissão voluntária da empresa. Segundo a presidente do Sitramico-RJ, Ligia Deslandes, na audiência, a BR Distribuidora deve apresentar ajustes no Programa de Desligamento Optativo (PDO).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/12/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Echoenergia planeja investir R\$ 1 bi em usina eólica no RN**

A Echoenergia, braço de geração de energia renovável da gestora britânica Actis, vai investir cerca de R\$ 1 bilhão na construção de um novo complexo eólico no Rio Grande do Norte. Com 206 megawatts (MW) de capacidade, o empreendimento, chamado de Serra do Mel 2, está previsto para entrar em operação em janeiro de 2022 e fornecerá energia para quatro consumidores livres com os quais a companhia assinou recentemente contratos de compra e venda de energia no longo prazo.

“Acabamos de assinar [os contratos] com quatro compradores diferentes. Com isso, construindo esse parque, chegaremos a 1.211 MW de capacidade instalada em 2022”, afirmou o presidente da Echoenergia, Edgard Corrochano, ao **Valor**.

Com os novos contratos assinados, subiu para 479 MW a capacidade de projetos em construção da Echoenergia. A empresa prevê concluir em meados de 2020 a construção do parque Serra do Mel, também no Rio Grande do Norte, que atenderá outros contratos do mercado livre.

A empresa possui também 732 MW de potência de parques eólicos em operação no Brasil.

Segundo Corrochano, a expectativa é atingir um faturamento de cerca de R\$ 1 bilhão, em 2022. Neste ano, o faturamento deverá ser da ordem de R\$ 600 milhões.

Outra meta da companhia é alcançar uma carteira de 1,5 mil MW, entre projetos em operação e construção. O presidente da Echoenergia prevê que esse número seja atingido já em 2020.

Com relação ao novo parque Serra do Mel 2, a Echoenergia está analisando as alternativas de financiamento para o projeto. A opção tradicional seria o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), porém a companhia já captou R\$ 1,3 bilhão em 12 meses com a instituição e atingiu o teto de financiamento.

As alternativas em estudo para financiar o novo complexo são a emissão de debêntures de infraestrutura e o acesso a recursos de uma agência de crédito à exportação, considerando a hipótese de as turbinas serem importadas. Outra opção é a securitização dos contratos de fornecimento de longo prazo, ou seja, a antecipação dos recebíveis oriundos desses contratos.

“Estamos olhando várias alternativas. Vamos obviamente com a mais competitiva. Estamos fazendo a securitização de alguns desses PPAs [sigla em inglês para os contratos de energia de longo prazo], que é uma inovação no mercado de financiamento de energia”, completou Corrochano.

O executivo disse ainda estar acompanhando as discussões no Congresso em torno dos projetos de lei que tratam da reforma do setor elétrico, com perspectiva de abertura maior do mercado. “Vemos que, financeiramente, a migração [do consumidor cativo para o livre] vai continuar. E estamos em uma posição privilegiada de capturar ainda mais esse crescimento do mercado livre”, afirmou o executivo. Ele prevê que, no fim da próxima década, as participações do ambiente de contratação livre, hoje de 30% do mercado total de energia, e do regulado, de 70%, vão se inverter.

“A eólica vai se beneficiar da abertura do mercado, porque ela é muito competitiva”, completou.

Questionado sobre reportagem publicada no fim de outubro pelo **Valor** informando que a Actis teria colocado a Echoenergia à venda, o executivo disse que não comentaria o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Rafael Rosas e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Preço do gás nacional é obstáculo ao mercado

A oferta nacional de gás natural representa hoje cerca 70% da oferta total do energético disponível no país. Mas em termos de competição essa relação muda de sentido, uma vez que o gás nacional é 40% mais caro do que o produto importado da Bolívia pelo Gasbol. Os dados constam do estudo “Perspectivas do Gás Natural no Rio de Janeiro 2019-2020”, que será divulgado hoje pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

E esse preço mais competitivo não é exclusividade do gás boliviano. O gás natural liquefeito (GNL) importado no Brasil é ainda mais competitivo. A Firjan mostra que, segundo dados de julho, a molécula de gás de contratos de GNL no mercado à vista estava 75% mais em conta que a produção brasileira. Nesse caso, a queda do GNL está intimamente ligada ao desenvolvimento do “shale gas” e à entrada dos Estados Unidos no mercado de exportação de GNL.

Karine Fragoso, gerente de Petróleo, Gás e Naval da Firjan, afirma que a solução para estimular a queda de preço do insumo produzido no Brasil é o desenvolvimento do mercado nacional. “O preço vai ser resultado da maior

oferta de gás. Mas essa maior oferta de gás tem que ser uma oferta para construção de riqueza. Não se pode aumentar a produção para enterrar, queimar ou reinjetar riqueza. Esse gás tem que disponibilizar a riqueza para toda a sociedade” afirma.

A produção bruta de gás no Brasil em setembro foi de 118,13 milhões de metros cúbicos por dia, dos quais 40,49 milhões de metros cúbicos/dia foram reinjetados e 4,63 milhões de metros cúbicos/dia foram queimados. Houve ainda 13,9 milhões de metros cúbicos diários consumidos nas plataformas produtoras e 4,08 milhões de metros cúbicos/dia absorvidos em unidades de processamento de gás, as UPGNs. Ao fim, apenas 55,03 milhões de metros cúbicos diários foram efetivamente comercializados.

O estudo da Firjan mostra que só o Estado do Rio de Janeiro, maior produtor nacional de gás, reinjetou em agosto cerca de 35 milhões de metros cúbicos/dia, 12 milhões de metros cúbicos/dia a mais que a média de importação do país neste ano pelo Gasbol.

Karine elogia as recentes medidas tomadas pelo governo para a flexibilização do mercado, como a privatização de parte da rede de gasodutos da Petrobras - venda da NTS para a Brookfield e da TAG para a Engie e para a Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ) -, mas alerta que tais iniciativas foram apenas um primeiro passo. “Saímos da inércia”, ressalta.

Fernando Montera, especialista de Petróleo, Gás e Naval da Firjan, acrescenta que essa abertura de mercado é um “processo gradativo” que teve início com algumas ações infralegais via Agência Nacional do Petróleo (ANP), como a transparência de preços e “alguns passos dados numa agenda regulatória”. “São várias ações que estão sendo tomadas em paralelo para construir o mercado de gás, mas não é da noite para o dia”, diz.

Para Montera, o desenvolvimento da demanda é um ponto chave. Tem a âncora da energia elétrica, mas tem que trabalhar para cultivar a diversidade do segmento de consumo. Além da multiplicidade de fornecedores, temos que ter a multiplicidade de consumo para garantir a sustentabilidade do mercado como um todo”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Ivo Ribeiro — De São Paulo

Título: Braskem Idesa vai quitar empréstimo com o BNDES

Maior projeto petroquímico privado do México, a produtora de polietileno controlada pela Braskem levantou US\$ 900 milhões com sua primeira emissão de bônus

Maior projeto petroquímico privado do México, a Braskem Idesa, produtora de polietileno controlada pela Braskem, levantou US\$ 900 milhões com sua primeira emissão de bônus no mercado internacional. Os recursos serão usados para liquidar dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os bancos de fomento mexicanos Nacional Financiera (Nafin) e Banco Nacional de Comercio Exterior SNC (Bancomext).

A Braskem Idesa concluiu no fim de 2012 o financiamento do projeto Etileno XXI, que produziu o primeiro lote de polietileno em abril de 2016 no Estado mexicano de Veracruz, no valor total de US\$ 3,19 bilhões. O maior empréstimo, de US\$ 623 milhões, foi tomado com o BNDES. Com Nafin e Bancomext, os empréstimos ficaram em US\$ 280 milhões e US\$ 120 milhões, respectivamente. No total, o complexo petroquímico demandou investimentos de US\$ 5,2 bilhões.

Dez bancos comerciais, sete agências oficiais e duas agências multilaterais - Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e International Finance Corporation (IFC) - também fizeram parte do financiamento. Os empréstimos com os três bancos de fomento eram vistos como os mais sensíveis do ponto de vista político, sobretudo após a eleição de Andrés Manuel López Obrador para a presidência do México, por causa do envolvimento da Braskem, dona de 75% da Braskem Idesa, e de sua controladora Odebrecht no esquema de propina revelado pela Operação Lava-Jato.

Em nota, a Braskem Idesa informou que os recursos captados com o bônus, que tem vencimento em 2029 e cupom de 7,45%, serão usados também para reduzir compromissos com outros credores. Há alguns meses, a companhia obteve o perdão de bancos credores pelo não cumprimento de prazos relacionados à construção do projeto.

De janeiro a setembro, a receita líquida da Braskem Idesa somou R\$ 2,27 bilhões, com queda de 20% na comparação anual. A operação tem sido afetada pela limitação da estatal petrolífera Pemex no fornecimento de etano para o complexo petroquímico. Diante disso, a empresa está investindo US\$ 2,4 milhões para importar etano dos Estados Unidos e, dessa forma, ampliar a

ocupação da central petroquímica. As linhas de polietileno podem produzir pouco mais de 1 milhão de toneladas por ano.

Já foram assinados contratos com um operador logístico, a Smart Pass, e com a Enestas, empresa especializada em transporte de gás criogênico, que farão o recebimento e transporte do etano desde o porto Coatzacoalcos até a central petroquímica. O projeto “fast track” deve entrar em operação até o fim do ano e terá capacidade inicial de recebimento de 12,8 mil barris diários de etano, volume que pode subir a 25,4 mil barris. Com isso, o complexo poderá ter acesso alternativo a até 38% da necessidade de matéria-prima.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/12/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol — Do Rio

Título: Caso Eletropaulo motiva mudança em regra de OPA

Regulação dá a CVM instrumentos para fazer com que disputas transcorram de modo organizado - por exemplo, fixando uma data limite para apresentação das respostas finais

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou nova regra que altera as normas sobre ofertas públicas para aquisições de ações (OPA). Parte das mudanças - consideradas pontuais - foi motivada por casos recentes ocorridos no mercado, especialmente a aquisição da Eletropaulo, em 2018.

Entre as mudanças impostas pela nova Instrução 616, foi eliminada a possibilidade de interferências compradoras em leilões de OPA para aquisição de controle. Até então, a Instrução 361 permitia que a concorrência nas OPAs para aquisição de controle se desse não apenas por meio do lançamento de ofertas concorrentes, mas também por meio de interferências no leilão.

De acordo com o diretor da CVM, Gustavo Gonzalez, as discussões travadas na disputa pelo controle da Eletropaulo demonstraram que esses dois mecanismos de disputa - OPAs concorrentes e interferências - não coexistem de forma harmônica.

“A norma criava incentivos para que o concorrente não lançasse uma OPA e deixasse para interferir no leilão. Era um incentivo errado, pois premiava o agente que escondia suas intenções pelo maior prazo possível, deixando para revelá-las pouco antes do leilão”, afirma.

Gonzalez também aponta que ofertas concorrentes podem ter características muito diferentes para além do preço, como prazo de pagamento ou previsão de adoção de medidas societárias. Quando isso ocorre, na visão dele, a interferência não permite uma disputa adequada.

“É importante destacar que a CVM não prejudicou as disputas. Ao contrário, buscamos criar um ambiente mais claro e previsível para que novas disputas surjam. Na prática, a determinação de que a disputa seja feita na forma por meio de editais, ou seja, por meio de OPAs concorrentes, cria um ambiente de disputa similar a um leilão por envelope fechado”, ressalta o diretor.

Na visão de Gonzalez, a regulação dá a CVM instrumentos para fazer com que disputas transcorram de modo organizado - por exemplo, fixando uma data limite para apresentação das respostas finais. “O recente caso de Eletropaulo é prova de que essa modelagem é muito positiva para os investidores e que a possibilidade de interferência não necessariamente se revertia em benefícios para a companhia ou para os acionistas destinatários da oferta”, disse.

Entre as mudanças divulgadas na regulação, a autarquia excluiu a vedação à aquisição de quantidade entre um e dois terços das ações em circulação no caso de OPAs por aumento de participação e para saída de segmentos especiais de listagem.

A nova norma também incorpora o entendimento de que, nos casos de unificação de OPA, o preço ofertado deve satisfazer simultaneamente os requisitos de todas as modalidades de OPA que se pretenda reunir. E prevê ainda a flexibilização do regime de publicação dos editais de OPA.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/12/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Beatriz Olivon — De Brasília

Título: Samarco perde disputa de R\$ 1 bilhão no Carf

A Samarco não conseguiu anular no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) uma autuação fiscal de aproximadamente R\$ 1 bilhão. A Câmara Superior manteve ontem a cobrança de uma diferença de Imposto de Renda (IRPJ) gerada pelo pagamento de royalties à Vale e uso de alíquota menor do tributo, com base em uma antiga legislação.

No auto de infração, a Receita Federal indica que os valores recolhidos de IRPJ entre 2011 e 2014 foram insuficientes. Um dos problemas foi a tributação de exportações de metais. A Samarco utilizou a alíquota de 18% prevista na Lei nº

7.988, de 1989. Para a fiscalização, porém, deveria ter adotado a prevista na Lei nº 9.249, de 1995 - percentual fixo de 15% mais adicional de 10%.

A discussão surgiu por causa de um benefício fiscal anterior à Constituição de 1988, que estabelecia alíquota de 6% para a exportação de metais (Decreto-lei nº 2.413, de 1988). Contribuinte e Receita divergem sobre a manutenção dele por meio de normas posteriores.

A Constituição determinou que os benefícios fiscais deveriam ser reafirmados em até dois anos. Para os contribuintes, isso foi feito por meio de Lei nº 7.988/89. Porém, a Receita entende que, como a norma traz uma alíquota superior aos 6%, o benefício teria sido revisto. Além disso, de acordo com o órgão, a alíquota estabelecida em 1989, mais favorável, teria sido revogada em 1995 pela Lei nº 9.249.

Na autuação, a Receita também alega que a Samarco desconsiderou pagamentos feitos à Vale por arrendamento de direito de pesquisa e exploração de lavras minerárias. Os pagamentos, para a fiscalização, deveriam ser classificados como royalties e tributados. Já para a empresa, o contrato não seria uma transferência de direitos minerários, mas de arrendamento de uso desses direitos.

A Samarco recorreu à Câmara Superior para tentar derrubar a autuação e a multa de ofício de 75% aplicada. O advogado da empresa, João Marcos Colussi, do escritório Mattos Filho, afirmou na sustentação oral que a Lei nº 7.988, de 1989, segue vigente. “O Judiciário, a Câmara Superior [do Carf] e o ato das disposições constitucionais transitórias (ADCT) da Constituição não falam em revogação”, afirma.

Por se tratar de norma geral, acrescentou, a lei de 1995 não poderia revogar uma norma especial, como a de 1989. Sobre os royalties, ele explicou que a Vale vendeu à Samarco de forma definitiva os direitos minerários. Por isso, não haveria fruição de benefício, característica dos royalties.

“A Samarco paga direitos minerários à Vale e royalties para a dona do terreno. Há a figura dos royalties, mas para outra empresa”, afirmou. Ele acrescentou que o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) considerou tratar-se de venda de direitos minerários.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) considera, porém, tratar-se de royalties, por haver pagamento variável. Sobre a alíquota de IRPJ, em defesa oral, o procurador Rodrigo Moreira defendeu a aplicação da Lei nº 9.249, de 1995. Segundo ele, a norma de 1989 não confirmou o incentivo fiscal previsto no decreto-lei de 1988. E mesmo que tivesse confirmado, afirmou, seria válida a

regra geral a partir de 1995. “A alíquota de 18% morreu a partir do prazo de dois anos que o ADCT previa.”

No julgamento (processo nº 10600.720046/2016-17), a relatora, conselheira Viviane Vidal Wagner, representante da Fazenda, entendeu que a lei de 1995, ao estabelecer uma alíquota geral e revogar as disposições contrárias, afastou a previsão da norma de 1989. Por isso, votou para manter essa parte da cobrança.

Sobre o enquadramento de pagamentos como royalties, a relatora considerou a inexistência de valor no contrato. O seu voto foi seguido pelos outros quatro conselheiros representantes da Fazenda e por um dos representantes dos contribuintes.

Os outros quatro representantes dos contribuintes se dividiram. Dois divergiram da relatora tanto quanto aos royalties quanto à lei que deveria ser aplicada. Outros dois divergiram apenas quanto aos royalties.

A Samarco informou ao **Valor** que não comentaria a decisão. A empresa pode apresentar recurso (embargos de declaração) para pedir esclarecimentos ou apontar omissões no próprio Carf. Para discutir o mérito, é necessário recorrer ao Judiciário e, para isso, apresentar garantia do valor discutido.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/12/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: Aeroporto de Brasília tera energia limpa para aviões

Coluna do Broadcast

A geradora Engie e a concessionária Inframerica formalizam hoje uma parceria para a troca de diesel por energia limpa no fornecimento de eletricidade para os aviões estacionados no Aeroporto de Brasília. O acordo prevê a substituição dos pequenos geradores a diesel, que hoje abastecem as aeronaves com energia elétrica, por um sistema que alimenta diretamente os 22 fingers. Além da diminuição de custo às companhias aéreas, a iniciativa promete reduzir em 17 mil toneladas por ano as emissões de gás carbônico do Aeroporto de Brasília. A parceria com a Inframerica consolida a expansão da Engie em um dos mercados considerados estratégicos pela empresa no País e no exterior: o do setor aeroportuário.

» Mercado Estratégico. Por meio de seu braço de soluções, a Engie já presta serviço de manutenção dos sistemas de climatização dos aeroportos do Galeão

e de Belo Horizonte e tem o aeroporto de Natal, também administrado pela Inframerica, como seu cliente livre. A Engie está em vias de fechar um contrato para também atender, em 2021, o Aeroporto de Brasília. A empresa vê potencial para oferecer soluções a mais de 60% dos serviços de um aeroporto.

» Eficiência operacional. Do lado da Inframerica, o projeto visa aumentar a eficiência dos aeroportos e reduzir o chamado “tempo mínimo de conexão”. A empresa tem planos de tornar o Aeroporto de Brasília um hub para voos internacionais no Brasil, competindo com Cumbica e Galeão. O menor tempo de conexão de transferência de passageiros e custos mais baixos para as aéreas são fatores importantes para a estratégia. Desde que assumiu o Aeroporto de Brasília, a concessionária já reduziu de 1 hora para 35 minutos o tempo mínimo de conexão. A troca completa do diesel pelo sistema dos fingers acontecerá em 12 meses.

POR WELLINGTON BAHNEMANN, FERNANDA GUIMARÃES, ALINE BRONZATI, CYNTHIA DECLOEDT E FLÁVIA ALEMI

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/12/2019

Seção: Mercado

Autor: Ivan Martínez-Vargas

Título: Investimentos em GO deviam ser valorizados, afirma Enel

Operadora trava batalha com governo Caiado, que ameaça retomar concessão

São Paulo O diretor-executivo da operadora de energia Enel no Brasil, Nicola Cotugno, diz que a empresa foi surpreendida pela atitude do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), que tem ameaçado cassar a concessão da distribuidora do estado, operada pela multinacional desde fevereiro de 2017.

Para ele, a postura assumida pelo governo goiano, que acusa a companhia de prestar um serviço ruim, é estranha e não condiz com a realidade.

“Nos surpreende falar [mal] da qualidade [do serviço da Enel] e de uma situação desastrosa, quando desastrosa foi a situação da empresa que a gente comprou de uma gestão estadual de 20 anos. O desastre foi causado por outros, agente está remediando”.

Cotugno afirmou à Folha que a Enel confia no marco regulatório brasileiro e que não tem medo de perder a concessão por uma ação estadual, já que o contrato foi assinado após um leilão federal em 2016.

Ele não quis comentar a declaração do procurador-geral da República, Augusto Aras, que em vídeo divulgado por Caiado nesta terça (3) disse que vai encaminhar documentos sobre a qualidade do serviço Enel em Goiás para que o Ministério Público do estado mova uma ação civil pública sobre o tema.

A companhia italiana é a maior operadora privada de energia do mundo. No Brasil, além de Goiás, opera em São Paulo (adquiriu a Eletropaulo em 2018), Rio e Ceará.

Os italianos argumentam que assumiram uma rede elétrica precária da então Celg-D, companhia estadual de energia que foi federalizada e privatizada em seguida. Segundo a Enel, os investimentos feitos pela companhia hoje são 3,5 vezes superiores aos aportados pelo governo goiano.

“A Celg-D foi privatizada porque estava em um estado crítico. Investia-se menos do que o necessário [para evitar a] depreciação, era uma rede que piorava a cada ano. [O governo estadual] aportava R\$ 220 milhões ao ano. Passamos a investir R\$ 800 milhões”.

Para o executivo, a Enel é responsável por uma melhora na infraestrutura elétrica de Goiás e o fato deveria ser valorizado pela gestão estadual.

“No nível infraestrutura!, a única área que está se desenvolvendo de forma importante em Goiás é a elétrica devido aos investimentos da Enel. Por causa da crise econômica, não é que o sistema rodoviário ou o de águas está melhorando. A Enel está contribuindo para melhorar [a rede elétrica] de maneira objetiva e isso tinha de ser celebrado”.

A seu favor, a empresa italiana usa indicadores que mostram melhoria do número de horas que os goianos passam sem eletricidade por ano em 46% e do número médio de interrupções em 52% entre dezembro de 2015 e setembro de 2019. Ainda assim, ainda é a pior distribuidora do país.

Hoje, os 3,2 milhões de consumidores goianos ficam, em média, 23,5 horas por ano sem energia elétrica e são 12 faltas de energia anuais. Cotugno argumenta que a empresa entrega um serviço melhor que o previsto no contrato. “A meta para de 2019 era de 30 horas [sem energia] e estamos abaixo das 24”.

Segundo ele, a empresa não tem tido contato com Caiado há 40 dias. A relação com a gestão estadual piorou em novembro devido a falhas no fornecimento de eletricidade no estado após chuvas.

Cotugno diz que a quantidade de chuvas foi similar à do ano passado, mas que houve 340% mais raios. “Há impacto dos raios sobre a rede. [Houve] 50% mais

falhas nos transformadores, [com] árvores caídas e mais ocorrências graves para reparar”.

O executivo diz que a companhia aumentou de 700 para 1.100 o número de equipes de eletricitas no estado e que levou para Goiás mão de obra de suas operações em São Paulo, Rio e Ceará.

Paralelamente, diz investir na formação de eletricitas e que vai contratar 1.000 pessoas até o próximo semestre.

A Enel afirma ainda que tem cumprido um acordo assinado com Caiado em agosto, de maneira voluntária, para acelerar investimentos até 2022. O documento prevê a ampliação da capacidade em 26%.

O executivo italiano diz que a empresa não prevê cortar investimentos no país. Apesar disso, afirma que o clima de insegurança jurídica atrapalha a decisão de investidores.

“Quanto se paga por um ativo se você tem dúvidas de que vão te tirar a concessão? Menos. Quanto o Brasil ganha nessa história? Menos. O governo [federal] não deve estar feliz porque quer vender ativos.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/12/2019

Seção: Economia

Autor: GABRIEL MARTINS, CÁSSIA ALMEIDA E PEDRO CAPETTI

Título: Petróleo salva a indústria de resultado negativo

No terceiro trimestre, setor extrativo registra avanço de 12%, enquanto segmento de transformação tem retração de 1%

O avanço dos segmentos extrativistas no terceiro trimestre, impulsionado pela exploração de petróleo, salvou a indústria de um resultado negativo. Em relação ao trimestre anterior, o setor teve alta de 0,8%, puxada pelo crescimento de 12% da indústria extrativa. Foi o maior avanço do segmento, nesse tipo de comparação, desde o quarto trimestre de 2003.

Por outro lado, a queda de 1% da indústria de transformação impediu que houvesse expansão mais robusta do setor no período. Na comparação com o terceiro trimestre de 2018, o segmento de transformação recuou 0,5%, enquanto a indústria cresceu 1%.

O resultado negativo da indústria de transformação reflete um cenário externo conturbado, explicou Luka Barbosa, economista do Itaú Unibanco:

— De todos os setores, a indústria de transformação é a que mais depende do cenário global. A fraqueza desse indicador tem a ver com a queda das exportações. O crescimento mais baixo do mundo como um todo também afeta a indústria.

PIOR EXPECTATIVA

E a indústria de transformação é também o segmento com pior expectativa de melhora, de acordo com Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados.

— Falta competitividade no setor, e há ainda uma dependência de exportações para a Argentina, que está em crise —disse Vale.

Além dos problemas no país vizinho, o segmento sofreu com a concorrência externa e os reajustes no preço da energia, lembrou o estrategista-chefe do banco Mizuho, Luciano Rostagno.

— A indústria foi o setor que mais sofreu durante a recessão. O aumento dos custos, que não podia ser repassado totalmente aos consumidores, reduziu a margem de lucro e puniu o setor —observou o economista.

Rostagno indicou, porém, que as medidas do governo para baratear o custo da energia e a expansão do crédito tendem a melhorar os números do setor:

— O governo já identificou que é preciso reduzir os custos da energia. Assim, tem trabalhado em projetos nesse sentido, como a quebra do monopólio da Petrobras no segmento de gás natural—explicou.

Além da indústria extrativa, a expansão de 1,3% registrada pelo segmento de construção também contribuiu para o resultado positivo do setor industrial. Foram destaques positivos os empreendimentos voltados para o setor imobiliário.

Na comparação com o terceiro trimestre de 2018, a construção civil apresentou seu melhor resultado desde os primeiros três meses de 2014: alta de 4,4%.

Já as indústrias extrativas cresceram 4% nesse tipo de comparação, mais uma vez puxadas pela extração de petróleo e gás.

VEÍCULO: O Globo**Data: 04/12/2019****Seção: Colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: PIB e Pisa dão avisos ao país**

A economia cresceu um pouco mais do que se imaginava no terceiro trimestre. O desempenho dos estudantes brasileiros é ligeiramente melhor do que o da última avaliação em 2015. O PIB ainda está 3,6% abaixo do ponto onde estava antes de entrar na recessão. Os dados dos alunos em ciências, leitura e matemática ficaram estagnados na década, por erros dos governos anteriores. Projeta-se para o PIB um crescimento de pouco mais de 1%. Na educação, os temores são de que 2019 tenha sido um ano perdido.

Os indicadores da economia no terceiro trimestre foram divulgados no mesmo dia em que saiu o resultado da avaliação feita no ano passado com os estudantes de 15 anos pela OCDE em 79 países. É impossível não olhar ao mesmo tempo para os dois conjuntos de dados. PIB e Pisa trazem alertas diferentes, em tempos distintos, aos quais devemos estar atentos. Qualquer país que pense em crescimento sustentado olha os números da educação com a mesma atenção que dedica aos de produção, investimento e consumo.

O resultado do PIB foi bom. Esperava-se 0,4% e a alta foi de 0,6% no terceiro trimestre. O investimento subiu pelo segundo trimestre consecutivo. A construção civil também está positiva. A indústria extrativa deu um salto por causado petróleo. Há também alguns dados decepcionantes, mas o resumo de tudo é que os economistas começam a rever a previsão de 2020 para um pouco mais de 2%. O ritmo é lento, mas o país está melhorando. O PIB ainda não voltou ao nível pré-crise, do primeiro trimestre de 2014. Contudo, está 4,9% acima do ponto a que chegou no quarto trimestre de 2016, depois de dois anos de recessão forte.

O PIB perdido pode ser recuperado. Até uma década perdida na economia pode dar lugar a um período de forte retomada. Uma geração perdida na educação não se recupera. Os erros na economia produzem dores sociais, mas há sempre a chance da recuperação, e a equipe econômica tem tentado acertar. Os erros da educação fizeram o país perder o ano de 2019.

Os dados divulgados ontem pelo Pisa se referem a governos anteriores. Houve melhora mínima em 2018 comparado com 2015 nas três áreas. A avaliação do desempenho dos estudantes se faz a cada três anos e a próxima será 2021. Já perdemos um terço desse tempo, numa administração caótica no Ministério da

Educação, sem foco, sem conhecimento da natureza da agenda para acelerar o país. O governo Bolsonaro errou em várias áreas e continua errando. É como se essa administração não se satisfizesse apenas com o fundo do poço. Ao chegar lá, continua cavando. As últimas

nomeações na área cultural mostram a opção pela insanidade. Na educação, não há chance de acertar se for mantido o ministro Abraham Weintraub. O que já vimos é mais do que suficiente. Ele não entende de educação, não ouve quem entende, despreza os alertas e se ocupa sistematicamente com falsas questões. Se o governo Bolsonaro quiser perder os próximos anos deve manter esse ministro. Se almeja melhorar, ele deve ser trocado por outro que entenda a missão desse cargo estratégico.

A desigualdade aumentou nos indicadores educacionais. Os alunos de maior nível socioeconômico têm desempenho muito acima dos estudantes de menor nível. Em leitura, a diferença é de 97 pontos. Como 35 pontos equivalem a um ano letivo, é como se fossem dois anos e meio de diferença. Apenas a metade dos alunos brasileiros atingiu o nível mínimo de proficiência em leitura.

Quem pensa a economia de forma atualizada sabe que a desigualdade brasileira é disfuncional e incompatível com um projeto consistente de crescimento. A educação à deriva vai aprofundar a desigualdade. Hoje, há várias entidades do terceiro setor que desenvolveram soluções para os problemas da educação. Há consenso de que é preciso valorizar o professor, ter uma boa política de alfabetização, aprender com os vários casos de sucesso no próprio Brasil, estimular no jovem a visão de um projeto de vida para que ele permaneça na escola.

Na economia, há consenso de que é preciso aumentar a produtividade e a qualificação de trabalhadores para um mundo de mudança acelerada na forma de produção. O Brasil pode limitar sua preocupação ao PIB do próximo trimestre ou do próximo ano. Mas o que ele deveria fazer é olhar seriamente para a educação se quiser ter um futuro econômico.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/12/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Avião elétrico brasileiro

A Embraer deu mais um passo na construção do protótipo de aeronave de propulsão 100% elétrica, à base de baterias. Recebeu, dia desses, o inversor da

WEG. O avião faz parte de um acordo de cooperação tecnológica entre as duas empresas brasileiras e tem previsão de voar pela primeira vez no início de 2020.

MME / ASCOM .